

Três níveis de aglomerados populacionais romanos

Jorge de Alarcão*

Resumo

Distinguem-se três níveis de aglomerados populacionais: cidades capitais de *civitates*, *vici* e, num terceiro nível, aldeias e *castella*. A aldeia é um tipo de aglomerado mal estudado em qualquer região do Império romano. Examinam-se sumariamente os casos de Chalton e Spalding (Bretanha romana). Em Portugal, a aldeia romana é visível na parte oriental de Trás-os-Montes. Examinam-se ainda as áreas de *Tongobriga*, Chaves e *Aeminium* / Conimbriga.

Abstract

Towns (capitals of *civitates*) are distinguished from *vici* and from villages and *castella*. The village is a type of settlement badly known from scarce excavated sites. The cases of Chalton and Spalding (Britannia) are briefly summoned. In Portugal, the Roman village is visible in the eastern part of the province of Trás-os-Montes. The areas of *Tongobriga*, Chaves and *Aeminium* /Conimbriga are also considered.

* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

Los tipos de egomorfos

Se describen y clasifican los tipos de egomorfos que se encuentran en la literatura. Se discute la importancia de estos tipos de egomorfos en la investigación de la personalidad y se propone un sistema de clasificación que permita su estudio de manera sistemática.

El egomorfismo es un fenómeno psicológico que se refiere a la tendencia de las personas a compararse consigo mismas y con otros. Este fenómeno puede manifestarse de diferentes maneras, dependiendo de la intensidad y de la frecuencia de las comparaciones.

En este artículo se describen y clasifican los tipos de egomorfos que se encuentran en la literatura. Se discute la importancia de estos tipos de egomorfos en la investigación de la personalidad y se propone un sistema de clasificación que permita su estudio de manera sistemática.

El egomorfismo puede ser considerado como un fenómeno psicológico que se refiere a la tendencia de las personas a compararse consigo mismas y con otros. Este fenómeno puede manifestarse de diferentes maneras, dependiendo de la intensidad y de la frecuencia de las comparaciones.

El egomorfismo puede ser considerado como un fenómeno psicológico que se refiere a la tendencia de las personas a compararse consigo mismas y con otros. Este fenómeno puede manifestarse de diferentes maneras, dependiendo de la intensidad y de la frecuencia de las comparaciones.

El egomorfismo puede ser considerado como un fenómeno psicológico que se refiere a la tendencia de las personas a compararse consigo mismas y con otros. Este fenómeno puede manifestarse de diferentes maneras, dependiendo de la intensidad y de la frecuencia de las comparaciones.

El egomorfismo puede ser considerado como un fenómeno psicológico que se refiere a la tendencia de las personas a compararse consigo mismas y con otros. Este fenómeno puede manifestarse de diferentes maneras, dependiendo de la intensidad y de la frecuencia de las comparaciones.

El egomorfismo puede ser considerado como un fenómeno psicológico que se refiere a la tendencia de las personas a compararse consigo mismas y con otros. Este fenómeno puede manifestarse de diferentes maneras, dependiendo de la intensidad y de la frecuencia de las comparaciones.

El egomorfismo puede ser considerado como un fenómeno psicológico que se refiere a la tendencia de las personas a compararse consigo mismas y con otros. Este fenómeno puede manifestarse de diferentes maneras, dependiendo de la intensidad y de la frecuencia de las comparaciones.

El egomorfismo puede ser considerado como un fenómeno psicológico que se refiere a la tendencia de las personas a compararse consigo mismas y con otros. Este fenómeno puede manifestarse de diferentes maneras, dependiendo de la intensidad y de la frecuencia de las comparaciones.

El egomorfismo puede ser considerado como un fenómeno psicológico que se refiere a la tendencia de las personas a compararse consigo mismas y con otros. Este fenómeno puede manifestarse de diferentes maneras, dependiendo de la intensidad y de la frecuencia de las comparaciones.

ABSTRACT

The types of egomorphs that are found in the literature are described and classified. The importance of these types of egomorphs in the study of personality is discussed and a system of classification is proposed that will allow their study in a systematic manner.

It is described and classified the types of egomorphs that are found in the literature. The importance of these types of egomorphs in the study of personality is discussed and a system of classification is proposed that will allow their study in a systematic manner.

The types of egomorphs that are found in the literature are described and classified. The importance of these types of egomorphs in the study of personality is discussed and a system of classification is proposed that will allow their study in a systematic manner.

ABSTRACT

The types of egomorphs that are found in the literature are described and classified. The importance of these types of egomorphs in the study of personality is discussed and a system of classification is proposed that will allow their study in a systematic manner.

It is described and classified the types of egomorphs that are found in the literature. The importance of these types of egomorphs in the study of personality is discussed and a system of classification is proposed that will allow their study in a systematic manner.

The types of egomorphs that are found in the literature are described and classified. The importance of these types of egomorphs in the study of personality is discussed and a system of classification is proposed that will allow their study in a systematic manner.

Temos ultimamente chamado a atenção para a existência, em Portugal, sob o domínio romano, de três níveis de aglomerados populacionais (cidades, *vici* e aldeias, incluindo nesta última categoria os *castella* ou castros romanizados) e para três tipos de povoamento rural disperso (*villae*, granjas e casais) (Alarcão, 1998).

O nível mais elevado dos aglomerados populacionais corresponde às cidades capitais de *civitates*, cidades que os Romanos designavam pela expressão de *oppida* (Jiménez de Furundarena, 1993). Plínio, 4, 113 chama a Olisipo, que no seu tempo devia ser já cidade importante, *oppidum* (Guerra, 1945, p 75).

Para além de *oppidum*, usava-se também, provavelmente, o termo *civitas* para designar a cidade capital. A palavra *civitas* seria assim usada numa dupla acepção: para designar a circunscrição político-administrativa a que a cidade presidia e para designar a própria cidade que funcionava de capital.

A área das cidades capitais variava consideravelmente: as capitais da *civitas Aravorum* ou da *civitas Zoelarum* seriam muito menores que Olisipo ou *Pax Iulia*, menores até que certos aglomerados de segundo nível, a que chamaremos *vici*.

No terceiro nível dos aglomerados incluímos as aldeias e os *castella*. A ideia de que muitos castros sobreviveram à romanização é hoje tão pacífica que não vale sequer a pena alinharmos aqui argumentos. O que pode discutir-se é se os castros que sobreviveram à romanização foram abandonados nos séculos II e III e eventualmente reocupados no IV ou V. Os vestígios de ocupação dos *castella* pelo menos ainda nos inícios do séc. II são abundantes. Voltam a aparecer nos castros vestígios inequívocos de ocupação do séc. IV. Os materiais da segunda metade do séc. II e do III são, porém, inexistentes ou raros, o que pode fundamentar a ideia de um abandono, seguido de reocupação no séc. IV. Inclínamo-nos mais para a ideia de uma ocupação permanente de muitos castros desde a sua origem até à Alta Idade Média, embora não possamos fundamentar a hipótese, que só escavações mais numerosas poderão confirmar ou infirmar. Pode ter sucedido que a população residente nos castros, pobre, com costumes ancestrais, vivesse sem recurso à moeda e não comprasse *sigillata*, nem *sigillata* clara, nem aqueles materiais que nos servem de índices cronológicos.

Para além dos *castella*, alcandorados no cimo dos montes, havia aldeias no Portugal romano, aldeias que são um outro tipo de aglomerados populacionais de terceiro nível.

A aldeia romana é um fenómeno mal estudado em qualquer parte do Império. Talvez não tão mal estudado quanto supomos. Com efeito, só recentemente começámos a dar atenção a este tipo de aglomerado populacional, o que significa que talvez desconhecemos muitos estudos feitos sobre aldeias romanas. Mas, seguramente, o fenómeno não está bem estudado. Referindo-se às aldeias de Bretanha romana, Cunliffe escreveu há mais de 20 anos: "O facto de as aldeias romano-britânicas serem raramente referidas na bibliografia arqueológica resulta mais da sua destruição em larga escala pelos trabalhos agrícolas e do relativo desinteresse dos arqueólogos por este tipo de habitat do que da sua raridade real" (Cunliffe, 1977, p. 66). As palavras parecem-nos ainda hoje válidas.

A aldeia existe na Bretanha romana. Citamos apenas dois casos: o de Chalton (Hants), examinado por Cunliffe (1973; 1977) e o da região de Spalding (Yorkshire), estudado por Hallam (1964).

Na paróquia de Chalton, numa área de c 3000 hectares (fig. 1), Cunliffe reconheceu 3 aldeias, 14 casais (*homesteads*) e 3 sítios que entrarão talvez na nossa categoria de granjas ou corresponderão a casais mais abastados. Uma das aldeias, sondada, revelou ter uma área de 4,5 hectares e parece ter sido continuamente habitada do séc. I ao IV d.C.

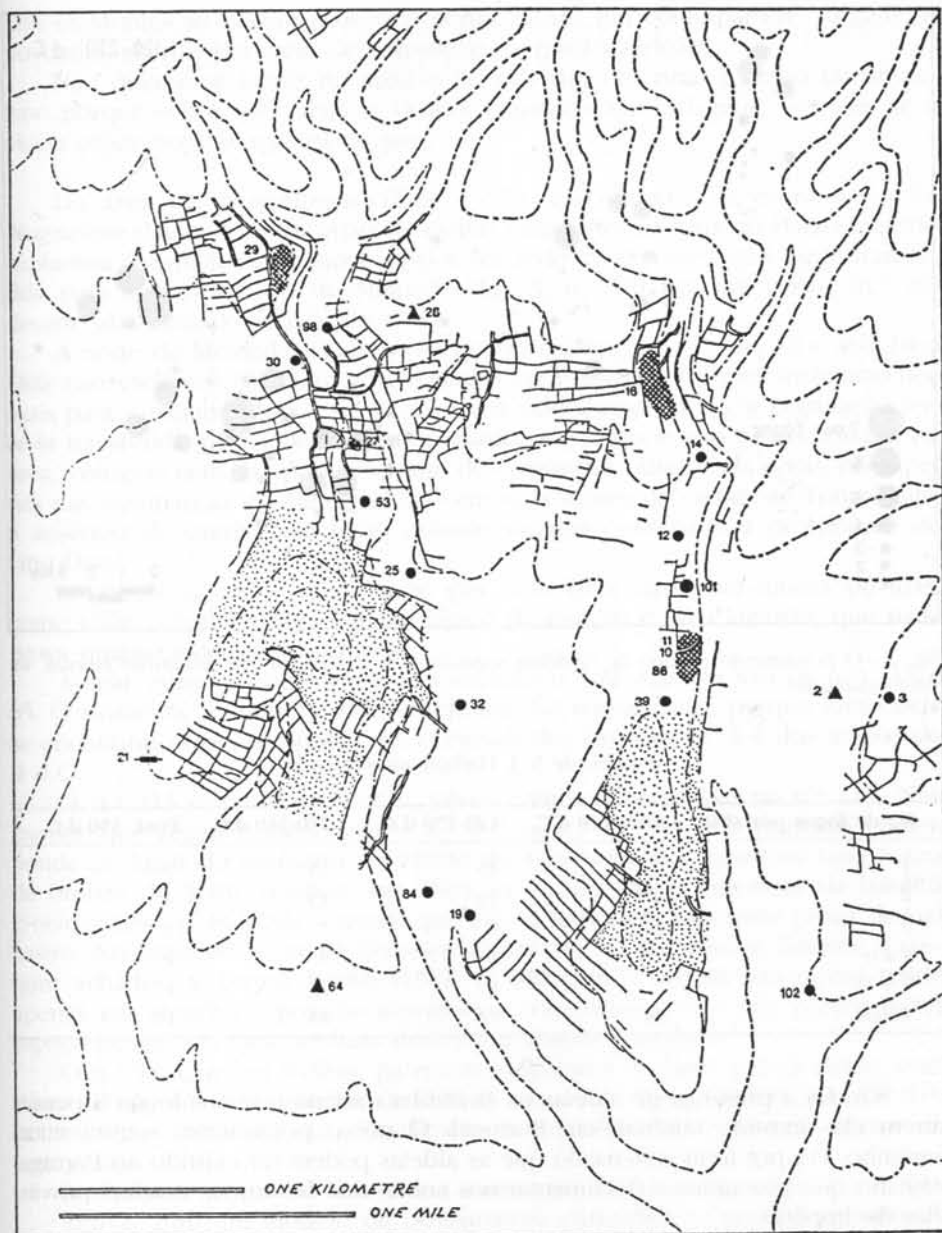
Em toda a área foi descoberto apenas um cemitério. Seria comum às aldeias e casais? Cunliffe não levanta o problema e não indica as dimensões do cemitério. Ficava perto de um *barrow* da Idade do Bronze. Mas os *barrows* desta época são frequentes na área e podemos perguntar-nos porque é que o cemitério comum (se é que era comum) não foi estabelecido em área mais central, por exemplo, a sul do sítio n.º 39, onde se verifica uma concentração notável de *barrows*.

S. J. Hallam (1964) estudou uma área de 34 000 hectares em torno de Spalding (fig. 2) e concluiu que:

1. Antes de 120 d.C., o povoamento era nitidamente disperso. Registou 24 casais (*farms*) isolados, 9 sítios com dois casais juntos e apenas 1 sítio com três casais contíguos.

2. No período de 120 a 270 d.C., o número de casais isolados não sofre aumento significativo. O número de sítios com dois casais contíguos sobe de 9 para 19 e o de sítios com três casais vizinhos, de 1 para 6. O mais significativo, porém, é o aparecimento de 18 lugarejos com quatro a seis fogos e o de 3 aldeias com 7 a 11 fogos. Na parte sudeste da área prospectada, onde foi grande o esforço de construção de canais de irrigação ou drenagem e abertura de caminhos, parece-nos ter sido atingida a densidade máxima possível numa economia rural; por outras palavras, parece-nos que o território atingiu o máximo possível de capacidade de auto-sustentação.

3. No período de 270-350 d.C., deu-se um decréscimo populacional na área, o que nos leva a perguntar se a população diminuiu por alguma epidemia ou se parte dela se transferiu para algum aglomerado populacional maior fora da área prospectada.



SETTLEMENTS - ROMAN

● HOMESTEAD

▲ MASONRY BUILDING

//// "VILLAGE"

⌘ FIELDS

▨ PASTURE

— CEMETERY

Fig. 1 – O povoamento romano em Chalton segundo Cunliffe. In *The Antiquaries Journal*, 53, 1973.

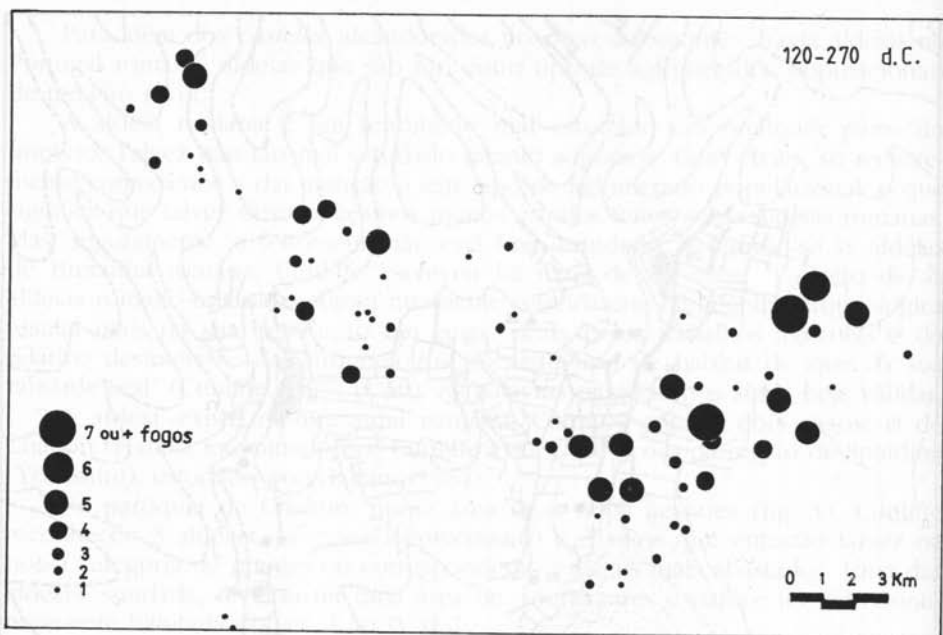


Fig. 2 – O povoamento romano de Spalding segundo S. J. Hallam. In *The Antiquaries Journal*, 44, 1964 (adaptado).

Quadro de S. J. Hallam, simplificado

N.º de fogos por sítio	Ante 120 d.C.	120-270 d.C.	270-350 d.C.	Post. 350 d.C.
1	24	26	15	7
2	9	19	13	3
3	1	6	7	2
4 a 6		18	8	2
7 a 11		3	2	1
Totais	34	72	45	15

Não foi a presença de aldeias na Bretanha romana que nos levou a pensar terem elas existido também em Portugal. O nosso pensamento seguiu outro caminho. Foi por termos pensado que as aldeias podem ter existido no Portugal romano que procurámos documentar-nos sobre este fenómeno noutras províncias do Império.

O nosso “encontro” com a aldeia deu-se quando acompanhámos a feitura da tese de doutoramento de Francisco Sande Lemos. Na parte oriental de Trás-os-Montes, o índice de abandono dos castros, que, aliás, parecem ter sido, na generalidade, povoados pequenos, afigura-se-nos considerável: dos 246 castros registados, apenas 75 apresentam indícios de romanização. Que sucedeu então à população que abandonou os castros? Dispersou-se por casais isolados? Não parece ter sido esse o caso, porque são raros os sítios que na parte oriental de

Trás-os-Montes se devem classificar como casais. Em contrapartida, surgem os povoados abertos em áreas de considerável aptidão agrícola.

Não queremos entrar na análise do povoamento rural romano transmontano porque sobre isso falará o Doutor Francisco Sande Lemos. Vejamos se a aldeia existe noutras regiões do país.

Da área de *Tongobriga* (Dias, 1997), escolhemos as vizinhanças de *Magnetum* (Meinedo). Foi *vicus* da *civitas* tongobricense mas no Baixo Império suplantou a capital da *civitas* e veio a ser sede de diocese, mais tarde transferida para o Porto. Perto de Meinedo (fig. 3, n.º 50) fica um castro (n.º 49) decerto abandonado a favor do *vicus*.

A norte de Meinedo localizam-se quatro castros (n.ºs 51, 48, 52 e 46). Lino Dias não esclarece se foram abandonados ou romanizados, mas inclinamo-nos mais para a segunda hipótese. Se tivessem sido abandonados, a população ter-se-ia transferido para aldeias ou dispersado por casais e não se encontram, na área, vestígios nem das primeiras nem dos segundos. Aliás, é de notar, não apenas nas vizinhanças de Meinedo, mas em toda a área da *civitas* de Tongobriga, a ausência de casais. Não terão existido ou terão escapado à prospecção de Lino Dias?

A estação n.º 47 é classificada, por Lino Dias, mas com muitas dúvidas, como *villa*; o único vestígio arqueológico da estação é uma lagareta, que nada prova quanto à ocupação romana.

Aldeia, com sua necrópole, é a estação n.º 92. Castros são os n.ºs 117 e 85. O primeiro, S Martinho de Recezinhos, foi romanizado, porque junto dele se encontrou uma necrópole com materiais dos fins do séc. I e dos inícios do II d.C.

O n.º 113 é ainda um castro, talvez com sua necrópole no n.º 114. Não cremos que sejam castros nem o n.º 102 nem o n.º 116. O primeiro corresponde ao lugar do santuário do Monte do Sameiro, onde apareceu uma figura de bronze de Marte quando, em 1886, se escavavam os alicerces da basílica (Soeiro, 1984, p. 86). Não cremos que este achado seja suficiente prova de um castro. No lugar de Louredo, correspondente ao n.º 116, não se fizeram quaisquer achados, e Teresa Soeiro (1984, p. 86) parece admitir um castro tendo apenas em atenção a posição topográfica conveniente. Não nos parece haver espaço geográfico para nenhum destes hipotéticos povoados.

O n.º 94, Quelhas Velhas, parece corresponder de facto a uma aldeia, com duas necrópoles distanciadas de 200 m uma da outra. Quanto ao n.º 103, pomos sérias reservas à sua classificação como aldeia: talvez se trate apenas de uma granja.

A distância a que se encontram castros e aldeias oscila entre 2 e 3 km.

Temos aqui um modelo de povoamento concentrado: um aglomerado de segundo nível (Meinedo), vários aglomerados de terceiro nível (aldeias e *castella*), ausência de povoamento disperso (ou talvez uma única granja no n.º 103).

Diferente é o povoamento da área de Chaves, que junta o aglomerado ao disperso, este todavia reduzido a *villae* e granjas, com exclusão de casais (ou, mais uma vez, terão estes passado despercebidos ao arqueólogo que, neste caso, foi Paulo Amaral (1993)?

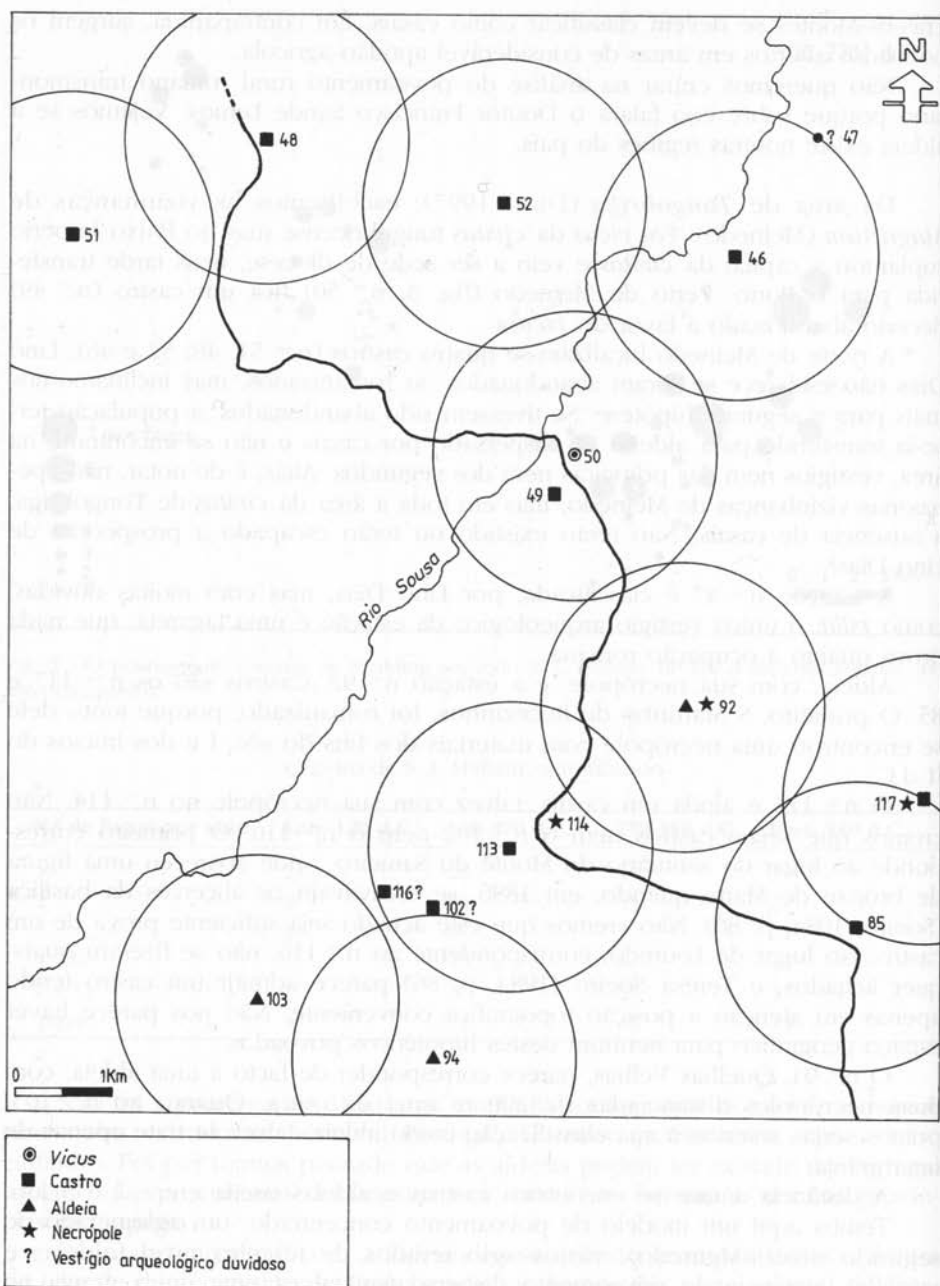


Fig. 3 – Povoamento romano da área de Meinedo.

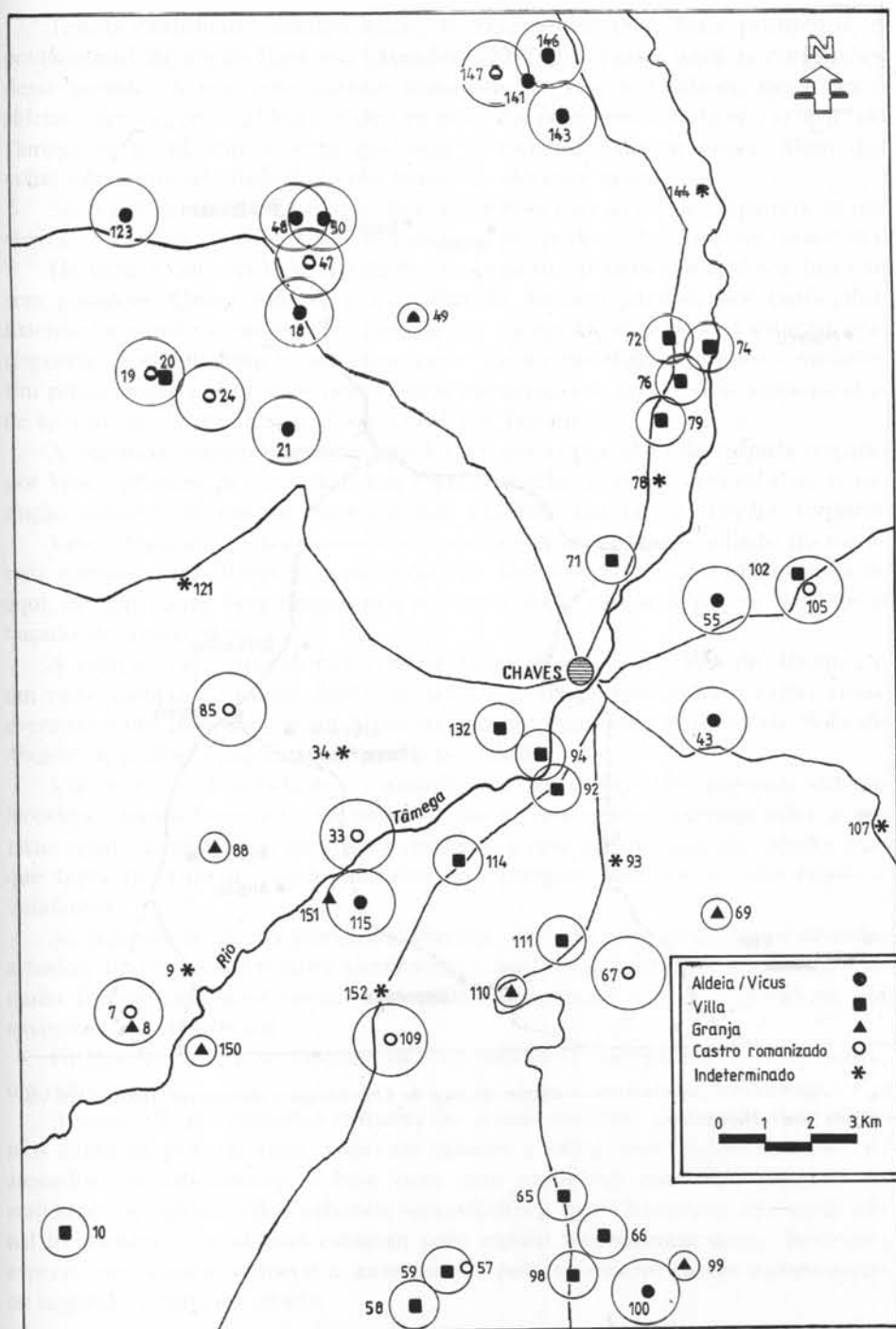


Fig. 4 – Povoamento romano da área de Chaves.

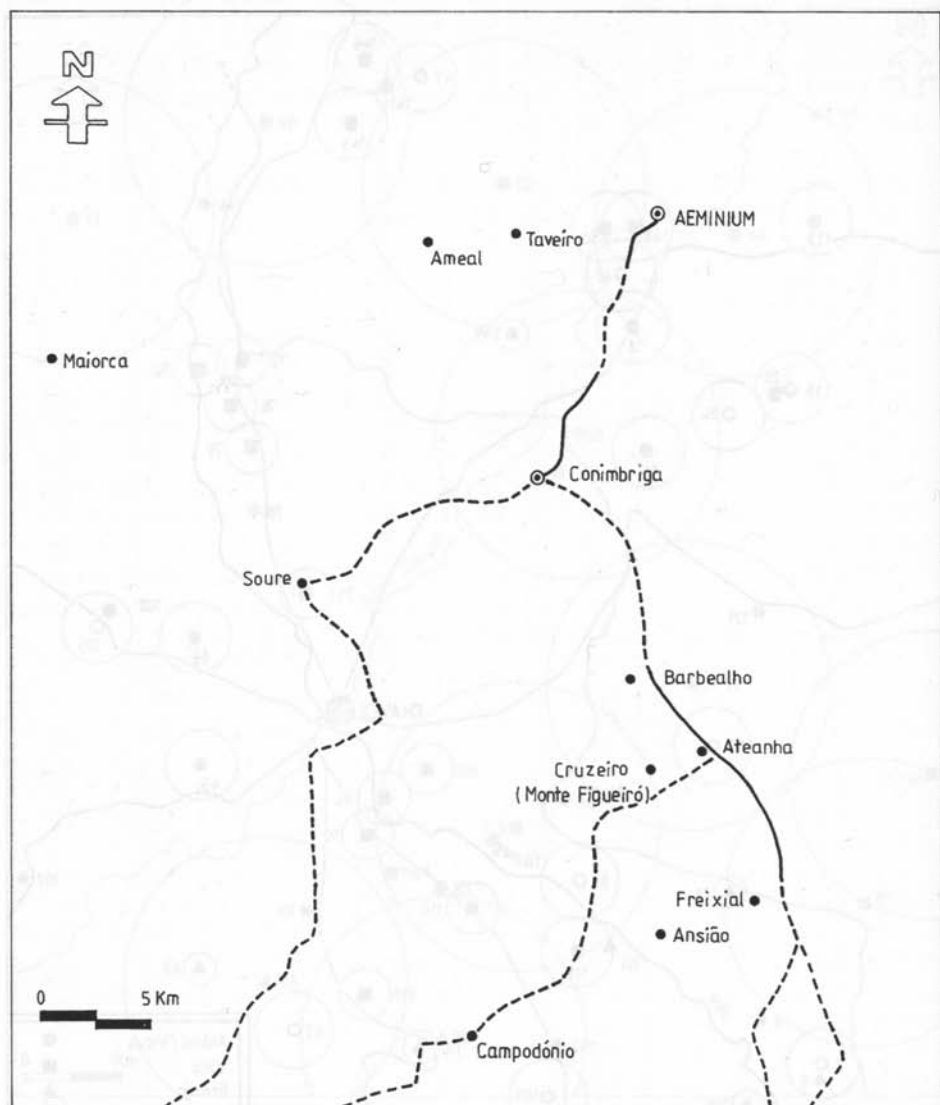


Fig. 5 – Aglomerados populacionais romanos da área de *Conimbriga* e *Aeminium*. Traçado das vias segundo Vasco Mantas.

Tendo examinado noutro lugar, recentemente, com mais pormenor, o povoamento da região flaviense (Alarcão, 1998), resumimos aqui as conclusões desse estudo. A par com castros romanizados, temos também, nesta área, aldeias: dez ou onze aldeias e dez castros. As *villae* encontram-se no vale do Tâmega e, a sul, numa zona que uma estrada romana atravessa. Além das *villae*, observam-se, dispersas pelo território, algumas granjas.

No território de *Aeminium* e de *Conimbriga* não são, por enquanto, muito visíveis as aldeias. Temos algumas estações que podem classificar-se como *vici*.

De uma a outra cidade, a viagem, embora um pouco longa, devia fazer-se sem paragem. Quem tomava o caminho de *Sellium* passava por Barbealho. Extensa (segundo comunicação pessoal de Nunes Monteiro), esta estação corresponde possivelmente a um *vicus* onde estava instalada a primeira *mutatio*. Um pouco mais a sul temos dois castros romanizados, isto é, dois aglomerados de terceiro nível: Ateanha e Cruzeiro (Monte Figueiró).

A segunda *mutatio*, se acaso está correcto o percurso da estrada traçado por Vasco Mantas, poderia ficar em Freixial, onde, além de cerâmica de construção romana, se encontraram algumas colunas. Era talvez simples *mutatio*.

Vasco Mantas não faz passar a estrada por Ansião. Mas o achado de materiais romanos em diversos pontos da vila deixa-nos suspeitar da existência, aqui, de um *vicus*. Perguntamo-nos se, nesta área, não será preciso corrigir o traçado de Vasco Mantas.

A estação de Campodónio, conhecida localmente por “Vila de Abuim”, é um vasto campo de ruínas perto de Abiul e pode corresponder a outro *vicus*, eventualmente deslocado para Abiul na época visigótica. Ou serão da “Vila de Abuim” as pedras visigóticas da matriz de Abiul?

Voltando a *Aeminium* e caminhando ao longo da margem sul do Mondego, temos vestígios extensos no Ameal, que poderá corresponder a um *vicus*, tendo também em atenção a distância a que se encontra da cidade. Mas que fazer de Taveiro, onde também há vestígios romanos e cujo étimo é *Talabario*?

Na margem norte do Mondego, Maiorca, em cuja área se têm feito diversos achados, poderá corresponder igualmente a um *vicus*, numa estrada talvez nem muito frequentada nem muito importante, atendendo a que o Mondego era navegável até *Aeminium*.

Finalmente, quem se dirigisse de *Conimbriga* a *Collippo* passava por Soure, um outro *vicus*.

A visão do povoamento romano do actual território português que tínhamos ainda há poucos anos, visão de cidades e *villae*, com alguns poucos *vici* atestados epigraficamente, é hoje bem mais complexa mas mais próxima da realidade: os aglomerados urbanos secundários a que chamamos *vici* eram afinal frequentes e as aldeias existiam pelo menos em algumas áreas. Resta-nos esperar que alguém comece a interessar-se pela escavação destes aglomerados de segundo e terceiro níveis.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1998) – A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 89-119.
- AMARAL, P. (1993) – *O povoamento romano no vale superior do Tâmega. Permanências e mutações na humanização de uma paisagem*. Porto: Faculdade de Letras. Tese de mestrado, policopiada.
- CUNLIFFE, B. (1973) – Chalton, Hants: the evolution of a landscape. *The Antiquaries Journal*. 53 (2), p. 173-190.
- CUNLIFFE, B. (1977) – The Romano-British village at Chalton, Hants. *Proceedings of the Hants Field Club Archaeological Society*. 33, p. 45-67.
- GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa.
- HALLAM, S. J. (1964) – Villages in Roman Britain: some evidence. *The Antiquaries Journal*. 44, p. 19-32.
- DIAS, L. T. (1997) – *Tongobriga*. Lisboa: Ministério da Cultura.
- JIMÉNEZ DE FURUNDARENA, A. (1993) – Precisiones sobre el vocabulario latino de la ciudad: el término oppidum en Hispania. *Historia Antigua*. 17, p. 215-225.